



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1190/09	DATA: 13/08/2009
INÍCIO: 9h59min	TÉRMINO: 12h24min	DURAÇÃO: 2h25min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h24min	PÁGINAS: 46	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CRISPIM MOREIRA - Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SESAN.
RENATO MALUF - Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA.
VALÉRIA BURITY - Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA e Vice-Presidenta da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos — ABRANDH.

SUMÁRIO: Discussão sobre a PEC nº 47, de 2003, que introduz a alimentação como um direito social, e sobre o direito humano à alimentação adequada.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública, que tem como finalidade debater a PEC nº 47, de 2003, sobre o direito humano à alimentação adequada, que se encontra tramitando na Casa desde 2003.

Gostaríamos de saudar todos os presentes, especialmente os membros do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, nosso parceiro nesta audiência pública.

A iniciativa do CONSEA, ao nos procurar com a proposta deste evento, foi muito bem recebida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, uma vez que se criou uma oportunidade para nos somar à campanha nacional que se iniciou em defesa da aprovação dessa PEC 47.

Esta audiência pública, portanto, é parte dessa mobilização que envolve setores da sociedade civil e tem o objetivo de criar condições políticas para que a PEC seja aprovada até 16 de outubro de 2009, Dia Internacional da Alimentação.

Quero saudar especialmente o Deputado Nazareno Fonteles, autor da PEC nº 64/07, que acrescenta na Constituição Federal a alimentação e a comunicação como um direito social. Essa PEC foi pensada à de nº 47/03.

Como todos nós sabemos, o direito à alimentação, embora reconhecido por meio de diversos instrumentos internacionais assinados pelo Brasil, ainda é pouco compreendido como um dos direitos fundamentais. Garanti-lo na Constituição Federal é um passo de importância estratégica, pois estimulará a disseminação de novas políticas públicas de segurança alimentar, além de fortalecer as que já se encontram em andamento, inclusive assegurando sua continuidade.

Dessa forma, não há dúvida do grande alcance social da campanha pela aprovação da PEC nº 47/03, instrumento que vai colocar o direito humano à alimentação adequada no seu devido lugar, junto aos demais direitos fundamentais da nossa Carta Maior.

Sem mais demora, passamos a compor a mesa desta audiência pública, convidando os nossos expositores: Dr. Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SESAN (*palmas*); Dr. Renato Maluf, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA (*palmas*); Deputado Nazareno Fonteles, autor da PEC nº 64/07, que acrescenta na



Constituição Federal a alimentação e a comunicação como um direito social, apensada à PEC nº 47/03 (*palmas*); e Dra. Valéria Burity, Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA e Vice-Presidenta da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos — ABRANDH (*Palmas*.)

Lembramos que esta audiência pública está sendo transmitida e exibida pelo www.youtube.com/cdhcamara e também pelo Twitter www.twitter.com/cdhcamara.

Registro ainda a presença da Deputada Emília Fernandes, grande lutadora pela causa do direito humano à alimentação adequada.

Antes de iniciarmos os debates, nosso assessor de comunicação vai passar uma vinheta de nossa participação no YouTube.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Registro também a presença do Sr. Chico Menezes, do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — IBASE. (*Palmas*.)

Dando início às exposições dos nossos convidados, esclareço que o tempo concedido aos expositores será de 15 minutos. Após as exposições, será concedida a palavra aos Deputados presentes, respeitada a ordem de inscrição. Será também dada a palavra aos presentes.

Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para formular suas considerações ou pedidos de esclarecimentos.

Informo que esta reunião está sendo gravada para posterior transcrição e por isso solicito que falem ao microfone.

Concedo a palavra ao primeiro expositor, Dr. Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — SESAN.

O SR. CRISPIM MOREIRA - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, colegas Renato Maluf, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA; Deputado Nazareno Fonteles, lutador e coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar; Sra. Valéria, da ABRANDH; lutadores, companheiros, caminhantes na luta em defesa do direito humano à alimentação, falo em nome do Ministro Patrus Ananias, que ontem, na abertura da XII Plenária do CONSEA, justificou sua ausência hoje e nos incumbiu, na condição de Secretário



Nacional de Segurança Alimentar, de representá-lo trazendo aqui o compromisso, o apoio e a visão do Governo e do Ministério.

O Ministro Patrus, na condição de Presidente da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional — CAISAN, que compõem o Sistema Nacional de Segurança Alimentar, junta-se à campanha. Queremos cumprimentar o CONSEA e todos os membros, entidades e atores sociais que marcam mais essa iniciativa da Câmara dos Deputados.

O Ministro Patrus e todos os dirigentes do CONSEA estiveram nesta Casa apresentando nossas causas. O Ministro comentava ontem que obtivemos sucessos e vitórias nas lutas do CONSEA e do Governo. Refiro-me principalmente à aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional — LOSAN, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e que transformou como um marco legal no Brasil o princípio do direito humano à alimentação, o princípio da soberania alimentar e disciplinou para o Estado brasileiro as diretrizes que tornaram obrigatório ao Governo e ao Poder Público brasileiro criar mecanismos para fazer chegar e garantir o direito humano à alimentação.

Portanto, o Ministro Patrus, o Ministério, toda nossa equipe e o Governo temos esperança — esta Casa já compareceu nas nossas lutas, principalmente aprovando a LOSAN — de que a emenda constitucional, que vai inserir o direito à alimentação como um direito social, possa coroar nossos esforços, a luta que estamos produzindo, a transformação que querem a sociedade brasileira, as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais urbanos, os movimentos sociais ligados ao direito humano à alimentação, a Academia, os estudiosos e os Parlamentares.

Temos certeza de que a sociedade brasileira e o Estado brasileiro, com a inclusão do direito à alimentação como um direito social estabelecido no art. 6º da Constituição, irão coroar com sucesso um novo ordenamento legal, um novo patamar do Estado brasileiro, no sentido de se tornar um Estado, de fato, Democrático e de Direito.

Queremos democratizar e possibilitar o acesso à alimentação, como nosso Presidente sonhou, desejou e nós construímos. Que todos os brasileiros e brasileiras possam ter alimento de forma digna, segura, saudável, todos os dias,



respeitando seus hábitos sem comprometer outros direitos sociais — alimentação, lazer, transporte, trabalho, moradia, proteção à maternidade e à infância, enfim, todos os direitos sociais.

Portanto, é com muito entusiasmo que o Ministro Patrus nos envia aqui. Deixamos este registro em nome do Ministro, também Presidente da Câmara Interministerial.

Seguimos otimistas e esperançosos de que, em 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, a sociedade brasileira, junto com os atores sociais que lutam para que a alimentação seja um direito social, poderemos comemorar e avançar na transformação do País que queremos: soberano, com soberania alimentar, com a terra cumprindo sua função social e com alimentação produzindo saúde, autonomia e libertando nosso povo da fome e da insegurança alimentar.

Sr. Presidente, este é o registro que faço, em nome do Ministro Patrus Ananias. Agradeço a V.Exas. e espero que nossa presença, a presença dos movimentos sociais, do CONSEA, dos Deputados seja construtiva.

Cumprimento a Deputada, companheira militante de Guarulhos, a Deputada Emília Fernandes, e a Deputada Janete Pietá, também uma lutadora. Certamente contaremos com as Deputadas e os Deputados aqui presentes para obtermos sucesso nessa empreitada.

Espero que a sociedade e o Estado brasileiros possam comemorar a emenda do direito à alimentação na nossa Constituição.

Muito obrigado e um bom trabalho para nós hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Dr. Crispim.

Registro a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — MST; do Movimento dos Pequenos Agricultores — MPA; do Movimento por Atingidos por Barragens — MABE; e do Movimento de Mulheres Camponesas — MMC, que estão no acampamento nacional pela reforma agrária, e do Dr. Evair Santos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Peço à Deputada Janete Rocha Pietá que assuma a presidência dos trabalhos. Haverá reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, e um dos itens a serem tratados refere-se ao caso do assassinato de Manoel Matos, na divisa entre Pernambuco e Paraíba, e eu deverei comparecer a esse evento. É



fundamental a luta que estamos travando pela federalização do crime de extermínio e pelas investigações sobre esse crime bárbaro.

Portanto, convido a Deputada Janete Rocha Pietá para assumir a presidência dos trabalhos.

Antes, porém, concedo a palavra ao nosso convidado Dr. Renato Maluf, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

O SR. RENATO MALUF - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, agradeço a V.Exa. o convite e a iniciativa.

Agradeço ao Deputado Nazareno Fonteles, Coordenador da Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional; ao meu caro amigo Crispim Moreira, Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; a minha querida Valéria Burity, Vice-Presidenta da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos.

Quero saudar a Deputada Emília Fernandes, que nos tem ajudado muito nesta campanha; a Deputada Rocha Pietá; os Conselheiros e Conselheiras do CONSEA aqui presentes; os representantes dos CONSEAs Estaduais; os companheiros do MST, do MPA e do MAB. Ontem, na plenária do CONSEA, tivemos a presença da Lourdes, que foi até lá falar sobre o acampamento do MST aqui em Brasília esta semana.

Registro com muita satisfação que finalmente começamos a construir elos muito concretos entre a nossa bandeira da segurança alimentar e a reforma agrária. Temos trabalhado muito essa questão no CONSEA a partir da discussão sobre o indígena e o quilombola, mas pouco discutimos, até agora, o tema da reforma agrária para valer. É preciso reconhecer isso. Acho que com atos como este nossa relação vai se estreitar.

Quero fazer 3 observações nestes 15 minutos que me foram concedidos, que espero utilizar bem, já que são muito preciosos para nós. Gostaria de começar apresentando uma questão que parece óbvia, mas deveríamos nos perguntar por que queremos a aprovação desta PEC? Às vezes, o que parece óbvio não é tão óbvio assim. Dizemos que alimentação é um direito. Por que precisamos ficar falando tanto sobre isso? Parece tão óbvio, mas, na verdade, não é.



Uma primeira razão pela qual queremos a aprovação dessa PEC é porque, na Constituição de 1988, que acostumamos chamar de Constituição Cidadã e que foi um grande avanço para nosso País, do ponto de vista do Direito inclusive — tenho a impressão de que foi uma das primeiras constituições que teve o tema do direito inserido muito explicitamente — não consta alimentação.

O art. 6º se refere a direitos sociais, como saúde, habitação, educação, todos direitos, sem dúvida, mas não se refere à alimentação, um direito quase prévio aos outros, porque é o direito à vida. Quem não vive saudável e adequadamente tem tudo o mais comprometido: saúde, educação, etc. De fato, há uma razão, lógica inclusive, para que direito à alimentação seja inserido na Constituição.

Quero crer que estamos ajudando a suprir um lapso do legislador daquele momento numa Constituição quase toda orientada pela referência do Direito. Mas queremos um pouco mais do que uma declaração formal de que alimentação é um direito. Se a alimentação for reconhecida na Constituição como um direito, tratar dela passa a ser um mandato constitucional. O que quer dizer mandato constitucional? A Lei Maior do País determina. Se ela determina, todos temos que, de alguma maneira, cumpri-la.

Venho da sociedade civil. Represento aqui um Conselho que faz o diálogo dela com o Governo. Hoje temos tido, sobretudo com o Governo Federal, um diálogo muito profícuo, para caminhar na direção do direito à alimentação e da segurança alimentar. Mas isso não basta, é muito frágil, depende da boa vontade do dirigente que está ali, deste ou daquele.

Quando aprovamos a nossa lei orgânica, que Crispim Moreira acabou de mencionar, ela não pôde estabelecer nada para Estados e Municípios, Governos Estaduais e Municipais. Teve de respeitar o Pacto Federativo, porque não era uma questão constitucional. Então, quando reivindicamos que alimentação seja mandato constitucional, queremos que seja mandato com o qual todos estão obrigados a se comprometer: Presidente da República, Ministros, Governos Estaduais e Municipais, Secretários e também a sociedade. Precisamos tomar muito cuidado, porque facilmente miramos a bateria na direção do Governo e fala para ele, mas temos de falar para a sociedade. O Governo representa a sociedade. Muitas vezes os governos não fazem coisas porque a sociedade não quer que façam.



Então, há conflitos na sociedade. Vou fazer uma observação. Se os senhores perguntarem a qualquer brasileiro: *“Você é a favor do direito humano à alimentação?”* Duvido que alguém diga “não”. Ninguém vai dizer: *“Sou contra.”* Agora, se perguntarem o seguinte: *“E como é que você acha que esse direito se faz? Você é a favor do Bolsa Família para que as pessoas possam comer, porque elas têm direito?”* Aí vamos começar a escutar opiniões. *“Você acha que reforma agrária faz parte do direito à alimentação?”* Vão responder: *“Eh...”* Então, na verdade, não é tão óbvia assim. Por isso nós temos de falar para a sociedade também, não é só para o Governo.

Para nós, Deputada Janete, o mandato constitucional tem intenção de tornar a alimentação uma política de Estado. Política de Estado para nós é igual a saúde. Eu posso ter um governante que gasta mais ou menos com saúde, que gaste mais ou menos com educação, mas ele não pode deixar de gastar com saúde. Ele pode fazer desse jeito, daquele outro jeito, ter uma prioridade assim ou assado, mas isso faz parte da democracia, está tudo bem. Alterna Governo, alterna prioridade, alterna ênfase, está tudo certo, agora não pode deixar de fazer. Então, queremos que com a alimentação seja assim também. Os Governos podem tratar do tema alimentação, dar mais ênfase a uma coisa ou outra, mas não pode deixar de tratar. Isso que é política de Estado para nós.

Vou passar rapidamente para o segundo tema, senão eu me entusiasmo e acabo me alongando no tempo. Peço a V.Exa. que controle o meu tempo.

(Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.)

Primeiro ponto: por que queremos essa PEC aprovada? Porque queremos que a alimentação se converta num direito e numa política de Estado. Segundo ponto: qual o processo que está levando a isso? É muito importante falar do processo. Se aprovarmos essa PEC, iremos coroar um processo de mais de 20 anos. Isso não começou agora, e, sim, há muito tempo. Existe muito movimento social atrás disso, muita gente, muitas batalhas que vêm dos anos 80. É uma caminhada que não começou semana passada, nem começou com a PEC, é anterior a ela. A PEC, na verdade, é uma expressão de um movimento social que envolveu alguns Governos Estaduais e Municipais também em vários momentos. Por quê? Porque estamos coroadando um processo de compreensão de um tema,



compreender alimento como direito. Isso não estava estabelecido entre nós, há todo um movimento por trás. É importante dizer que esse movimento é bastante amplo. Por exemplo, V.Exa. pode ver aqui parte dos conselheiros do CONSEA. Vai encontrar entre os conselheiros do CONSEA indígena, quilombola, sindicalista, professor, como eu, profissional de saúde, gente de ONG. Enfim, o tema é muito amplo, e fazemos força para que, em nossas mobilizações, a representação seja ampla e diversa como é a sociedade brasileira.

Temos recebido muito apoio, com a doação de camisetas como esta que estamos vestindo, os panfletos, etc. Estamos sendo apoiados por Itaipu, Banco do Brasil, a Oxon, etc. Felizmente não tem faltado apoio. A nossa intenção é a de que, nesse processo de mobilização, o apoio que já recebemos do Parlamento se confirme.

A PEC foi aprovada por unanimidade no Senado. Não há nenhuma razão para se imaginar que ocorra algo diverso na Câmara. Não estou fazendo média com os Deputados. Eu estou falando uma coisa muito real. O Bira está aí, o Chico, já conversamos com o Deputado Michel Temer, falamos com vários Deputados, a Comissão está constituída. Depois o Deputado Nazareno vai falar sobre isso. Estamos esperando que ela seja lida no plenário. O Deputado Nazareno ajudou muito a visitar os gabinetes. Então, a impressão que temos é de que todas as condições estão presentes para que ela seja aprovada também por unanimidade. A questão agora é principalmente de agenda, de sermos capazes de incluir isso na agenda da Câmara. Por isso essa mobilização toda. E daí vem a nossa expectativa, como disse o Crispim, de ter essa emenda aprovada até o Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, quando queremos informar ao Brasil e ao mundo que o Brasil finalmente colocou a alimentação entre os direitos reconhecidos do cidadão.

Para terminar, eu pergunto: e depois? O que acontece depois? Então, eu disse porque queremos, o processo que está nos levando a chegar lá, e agora temos de perguntar: e depois? Toda vez que eu sou entrevistado sobre o tema — acho que deve acontecer com vocês também —, as pessoas perguntam: *“Mas e daí, isso quer dizer o quê? É uma coisa formal, tem desdobramento, o que acontece depois?”* As pessoas na rua te perguntam o que isso quer dizer para vida delas. Perguntam também em que serão afetados?



Eu acho que é importante dizer que se tivermos essa PEC aprovada nós vamos começar a falar um pouco mais grosso, o que quer dizer o seguinte: quanto à elaboração do sistema, os senhores sabem que nós estamos construindo um sistema nacional de segurança alimentar e também uma política nacional de segurança alimentar. Nós esperamos que, aprovada essa PEC, a construção do sistema e da política suba de patamar, nós vamos falar mais grosso nesse sentido. Vamos tratar da materialização de um mandato constitucional.

Então, se já temos um diálogo bastante bom com o Governo Federal, esperamos ter a mesma coisa com os Governos Estaduais, dizendo-lhes: *“Olha, vocês também têm de elaborar um sistema estadual, porque está na Constituição”*. E, aí, essas políticas que fazemos hoje, que o Brasil tem, e a nossa mobilização, nós esperamos que elas ganhem em eficácia.

E mais — eu não vou entrar nesse terreno, que é da Valéria, e ela vai falar —: quando não entrar em eficácia vamos ter instrumentos para cobrar. Direito é algo que se exige, não é algo que se define simplesmente, exige-se, temos de ter instrumentos, mas a Valéria certamente vai abordar esse tema.

Eu peço desculpas se eu avancei um pouco no tempo, mas eu jamais desperdiçaria esta oportunidade para apresentar essas questões. Acho que nós temos de estar mobilizados daqui até 16 de outubro para conseguir a aprovação e, depois de 16 de outubro, para que tenha consequência prática.

Infelizmente, no nosso País, de vez em quando somos tomados pela interpretação de que somos pródigos em fazer leis e pródigos em não cumpri-las. Isso é o que dizem a nosso respeito. A lei, ora a lei. Então, neste caso, como temos essa mobilização que vemos aqui, temos razões para acreditar que não vai ser apenas um artigo a mais na lei, mas que vamos conseguir dar-lhe concretude.

Agradeço a todos que vieram à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que tomou a iniciativa, mas perdoem-me a ousadia, eu quero considerar isso como atividade nossa, isto é, uma atividade conjunta do Parlamento com a sociedade, e estamos todos aqui usando este espaço público para defender questões que são do interesse da sociedade, com o apoio desses Parlamentares que estão conosco, a Deputada Janete, a Deputada Emília, o Deputado Nazareno e o Deputado Luís Couto, que acabou de sair.



Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Quero reafirmar as palavras do nosso amigo e companheiro Renato Maluf de que uma audiência pública é exatamente a democratização do processo legislativo, na medida em que permite que pessoas comprometidas, como as que estão aqui na Mesa, tenham voz e vez e que haja também a participação do movimento popular, que terá, no final, seguido as normas da Casa dos Deputados, direito à palavra para se expressar.

Eu estou presidindo esta audiência porque o nosso querido Presidente — eu sou da Comissão de Direitos Humanos — justificou sua saída, mas eu não posso deixar de saudar os nossos quilombolas na pessoa do Dr. Ivair, que esteve comigo ontem numa atividade de um seminário que já registrei na Câmara sobre intolerância religiosa e políticas públicas. Em nome do Bira, quero saudar todos participantes do Movimento Sindical e pedir a mobilização amanhã em defesa também de um direito de 40 horas semanais. Haverá uma audiência pública aqui na terça-feira, às 10 horas, para tratar do assunto. É de suma importância que a sociedade, os trabalhadores, os movimentos organizados se mobilizem.

Quero também justificar a ausência do nosso Vice-Presidente, o querido Deputado Pedro Wilson, que está acompanhando o Presidente Lula em viagem a Goiás, Estado do Deputado. Eu vou presidir uma parte da sessão. Em seguida eu saio, vou a São Paulo, porque tenho atividade naquele Estado à tarde, mas quero pedir a V.Sa., Renato Maluf, como Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que dê um apoio ao movimento de São Paulo. O Conselho foi de uma certa forma eliminado — é a palavra certa —, e estamos participando de um fórum em que queremos rearticular. Precisamos fazer isso, porque alimentação na quantidade certa... E não só alimentar, mas nutrir também é um direito que... Por isso eu aproveito para parabenizar o nosso querido Deputado Nazareno, que tem batalhado muito por essa questão. Eu, no meu Estado, também batalho. Agradeço ao Dr. Crispim, que comeu comigo sopa de fubá no nosso primeiro restaurante Solidariedade, de Guarulhos. Está aqui também o nosso ex-Presidente Chico Menezes, a quem parabenizo pela presença. Muito obrigada. Nós já estamos com 2 para 3 restaurantes populares em nossa cidade, tem conselho, e temos um restaurante-escola e uma padaria-escola, dentro dessa concepção de que nós



temos de nos apropriar da nossa alimentação, bem brasileira, com nossas tapiocas indígenas e tudo o mais. Muito obrigada por uma presença tão significativa, tão importante. No período da ditadura, falar de fome era proibido. Viva Josué de Castro! Era proibido, e agora queremos tornar a alimentação um direito.

Passo, em seguida, a palavra ao nosso Deputado Nazareno Fonteles, autor da PEC nº 64, de 2007, que acrescenta na Constituição Federal a alimentação e a comunicação como direitos sociais e que foi pensada à PEC nº 47, de 2003. S.Exa. disporá de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO NAZARENO FONTELES - Bom dia a todos.

Quero cumprimentar os componentes da Mesa, a Deputada Janete, que está participando, tem a maior vontade de se juntar a nós mais fortemente na Frente, pela boa experiência que tem, como já lembra, mas ela tem várias prioridades. E nesta Casa nós somos muito divididos e há algumas pautas que cada um tem que somar. Cumprimento o Deputado Luiz Couto — que já esteve aqui presidindo —, que preside a Comissão de Direitos Humanos, o Renato Maluf, o Crispim, a Valéria, a Emília, o Chico Menezes e tantos outros aqui presentes. Considerem-se todos cumprimentados.

Eu quero inicialmente falar um pouco dos procedimentos internos, que seriam os seguintes: nós temos hoje a composição da Comissão Especial, já indicada por todos os partidos e que deve relatar a PEC. É o que conseguimos até o momento. Falta o ato do Presidente da Câmara de fazer a leitura na sessão, o que pode até ocorrer hoje. Ontem, eu conversei com S.Exa. e com o Secretário Mozart, que é quem faz a parte operacional, sobre a possibilidade de S.Exa. fazer isso hoje. Mas pode ser que não seja possível, pois a quinta-feira sempre é mais problemática. Quem sabe na terça-feira é que venha a ocorrer essa leitura. E aí, automaticamente, é marcado um prazo para a reunião da Comissão, que vai, então, elaborar o relatório.

No meu entendimento, como se trata de algo sem polêmica e de matéria que já foi aprovada no Senado, em 2, 3 reuniões, no máximo, nós deveríamos aprovar o relatório, bem simples, quem quer que seja o Relator ou o Presidente, já que já houve todo um acompanhamento e todo um debate pela sociedade, para que chegássemos ao prazo de aprovar, porque ela tem que ir para o plenário e lá temos



de votá-la duas vezes. Uma emenda constitucional tem que ser votada duas vezes. Hoje nós temos uma conjuntura que favorece isso. É perfeitamente possível se a Comissão, digamos, até o início de setembro, ou até mesmo meados de setembro, vier a concluir e a votar o seu relatório e este for para o plenário. Hoje, nós temos uma metodologia na Câmara que o Presidente Michel Temer, em sua interpretação jurídica do Regimento Interno, abriu, e falta o Supremo definir, mas por enquanto está tudo funcionando assim, que são as sessões ordinárias e as extraordinárias. Nas extraordinárias, elas podem ocorrer com novos temas e novas proposições, com isso, as PECs que estavam aí, vamos dizer, presas por causa de medidas provisórias e do acúmulo que havia no processo legislativo normal, como foi até o ano passado, começam a ser deslançadas. Por isso que estou dizendo que não é de todo, vamos dizer, fantasia ou utópico aprovar essa emenda, caso a Comissão cumpra com o seu dever, rápido, por exemplo, até meados de setembro. Em virtude de nós termos esse procedimento, o Presidente pode perfeitamente marcar extraordinária. Ontem, S.Exa. disse que vai voltar a chamar as extraordinárias para votar os projetos extras nas terças e quartas. Então, nós temos duas semanas, podemos votar aqui em primeiro turno numa semana e na outra semana já votar em segundo turno. E aí está fechado o processo, depois é só marcar a sessão do Congresso para realmente fazer a promulgação dessa emenda. Este é o ponto que acho mais interno da Casa, mas para esclarecer os que estão aqui e que não conhecem bem o processo legislativo.

O outro ponto que acho importante — acho que até o Renato Maluf falou a respeito, e até nas entrevistas, quando nos é perguntado, respondemos de forma breve — é colocarmos na Constituição o direito. Nós nos sentimos até surpresos de a Constituinte, que levou à Constituição de 1988 e que teve tanta participação popular, ter esquecido esse direito no art. 6º. Depois de mais de 20 anos da Constituição aprovada, tentamos emendar e cobrir essa lacuna. Com a moradia, isso se deu no ano 2000. E vejam como se fortaleceu a luta pela moradia, principalmente no período do Governo Lula, em que se aprovou o Fundo Nacional de Moradia Popular. Com isso quero dizer que, como o direito está mais claro, começam a haver reivindicações. O Ministério Público começa a atuar, e por aí a reivindicação do direito, a exigibilidade é mais facilmente concretizada. Eu acho



que esse é um ponto fundamental. O outro serve para agilizar tudo que vamos implementar. Nós vamos construir o SISAN — Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e implementá-lo no âmbito dos municípios, fomentar mais os Conselhos de Segurança Alimentar nos municípios; ter uma integração com os CAIS, por exemplo. Nós já aprovamos a Lei da Alimentação Escolar, que cria uma ponte com a agricultura familiar, com os assentamentos, com os quilombolas, com os indígenas. Quer dizer, isso são conquistas que esta Casa já aprovou e tem a ver com todos esses movimentos que estão aqui. A própria LOSAN, em 2006, como já foi lembrado aqui pelo Crispim, é uma grande conquista. Mas eu acho que colocar essa palavra no art. 6º da Constituição vai dar esse alicerce, essa maior segurança jurídica, portanto, será muito mais fácil para os movimentos avançar. Eu, pelo menos, creio assim. Acho que de fato é algo muito interessante que vemos.

Quando eu apresentei a PEC e acrescentei a “comunicação”, só para dar uma explicação aos senhores, foi porque esse é outro direito escondido demais. A despeito de estar na Constituição o direito à informação, mas a comunicação, como Paulo Freire entendia, que é interagir, receber e poder também ofertar informações... Hoje, com a Internet, com as novas mídias, isso é perfeitamente possível. Isso vai alterar o Parlamento, eu tenho certeza. Eu sonho que, no futuro, nós vamos poder fazer plebiscito via Internet. Nós vamos poder ter, vamos dizer assim, interação popular em massa com esta Casa. Quando quisermos fazer uma consulta, nós poderemos fazer como hoje se faz com os editais dos Ministérios. A consulta vai se tornar pública e aí o pessoal vai opinar sobre o que nós vamos votar aqui tal dia. Eu sonho com isso. Acho que, se essa tecnologia for bem utilizada, nós vamos ter um processo de avanço da democracia mais participativa. Esse é o grande sonho. Uma batalhadora como a Deputada Janete conhece bem isso, pois S.Exa. vem dessas lutas. Eu tenho para mim que esse instrumental vai renovar este Parlamento. Essas coisas vão fazer com que a participação popular se torne muito mais forte e o povo vai perceber a importância do Congresso, porque vai estar monitorando e acompanhando de perto os seus representantes. Inserir o direito à comunicação na Constituição é poder lutar pela democratização dos meios de comunicação, pelo acesso, pela interação com os poderes, desde a *Rádio Comunitária* à *TV*



Comunitária até os grandes meios, para irmos quebrando os monopólios e fazendo o povo falar, não só receber, não só ouvir.

É claro que, nessa questão da alimentação, temos tido avanços. Eu sempre gosto de olhar para as conquistas do passado, para não sermos mal agradecidos. A nossa vontade é de conquistar tudo, mas também temos de ter paciência e vermos o que já foi feito. Há poucos anos essa agenda estava adormecida. O Chico, que viveu essa transição, assim como o Renato, sabe muito bem disso. De repente surgiu todo um movimento, desde Josué de Castro, de Betinho, de Dom Helder, Dom Mauro a tantas outras figuras públicas inseridas nesse processo. Tivemos também um Ministro dedicado, comprometido, de boa formação e sensibilidade, como o Patrus Ananias, que ajudou a mudar a cara do Ministério, organizando a assistência social. Essa área toda está evoluindo. Eu acho que são muitas coisas boas. Temos um Presidente sensível a essa causa, porque sentiu na pele a questão da fome; veio o Fome Zero. Temos muitas conquistas. Não podemos nos esquecer disso. Isso é para nos deixar animados. Às vezes há dias em que nós aqui perdemos um pouco o ânimo: *“Mas, meu Deus, esse negócio é tão simples e demora tanto para uma PEC dessa andar”*. Nós mesmos aqui gostaríamos que essa coisa andasse. Mas vejam uma coisa boa: não ter sido aprovada rapidamente essa emenda está trazendo vocês hoje aqui, estamos vendo campanhas de cineastas, como o Padilha, do *Garapa*, e tantos que o Chico Menezes articulou e outros pessoas ajudaram. Quer dizer, várias entidades se fortalecem nessa luta, se unem, cria-se mais solidariedade, mais parcerias. A meu ver, isso é desenvolvimento. Para mim, desenvolvimento é sinônimo de fraternidade entre instituições e pessoas. Quanto mais parcerias, mais a gente tem desenvolvimento de verdade. Refiro-me não só ao PIB ou a essa visão economicista que empobrece a visão de desenvolvimento.

Então, o direito à alimentação, a meu ver, é um direito também muito transversal, pois atinge várias dimensões: a reforma agrária é uma luta irmã; o fortalecimento da agricultura familiar; a produção do alimento orgânico — incluindo a luta para diminuir agrotóxicos —; agressão ao meio ambiente — aqui já se incorpora a causa ecológica —; o estilo de alimentação — e aí já se incorpora a saúde, porque já está comprovado que é melhor comer frutas e verduras e menos carne vermelha, mais vegetais do que animal. Enfim, tudo isso vai mudar o perfil da produção.



Vejam que o Brasil hoje é o maior produtor de gado do mundo. Eu, por exemplo, não comemoro e espero que a crise nos ajude a diminuir essa produção, porque assim vamos produzir mais fruta, mais verdura, mais galinha caipira, mais peixe. (*Palmas.*) Nós temos de mudar essa matriz produtiva em razão do direito à alimentação saudável, adequada, pois é disso que precisamos.

Então, é uma luta que me empolga porque, realmente, permeia muita coisa. E de tanto eu me empolgar eu lancei essa cartilha que fala sobre a experiência que tenho na Frente, o acúmulo de conhecimento que tenho, pois acho que é um ingrediente a mais. Temos que, cada vez mais, incorporar a ideia de o direito à alimentação ser progressivamente gratuito. E, quando eu defendo essa posição, eu acho que é para fortalecer toda essa nossa luta para ter restaurantes populares e cozinhas comunitárias. Eu sonho que tudo isso seja gratuito, assim como o hospital público e a escola pública, e que possamos um dia ter esses serviços gratuitos. E isso será bancado pela sociedade, não precisa ser necessariamente pelo Estado, como ocorre normalmente. Não. Trata-se de organização social.

Quando os assentamentos fazem produção comunitária, para mim é uma espécie de gratuidade, porque não está ali a visão de mercadoria, da troca comercial, mas a visão da produção conjunta. Daí eu valorizar muito essa ideia da produção comunitária e do fortalecimento da agricultura familiar, porque, a meu ver, é importante, assim como são as hortas comunitárias, as hortas escolares, a agricultura urbana e periurbana, que está evoluindo cada vez mais no Ministério.

Então, temos de avançar cada vez mais nessa perspectiva de que o direito humano à alimentação adequada é responsabilidade de todos. É direito de todos? É. Mas é também responsabilidade de todos. Temos uma tendência a muito forçar o direito e a esquecer o dever, a responsabilidade. É responsabilidade da sociedade, dos movimentos sociais e dos poderes constituídos. Claro que alguns têm muito mais responsabilidade, como é o caso do Estado, mas todos devem ter sensibilidade e se incomodar toda vez que vir alguém passando fome. E aí não podemos dizer que quem resolve isso é o Estado. Nós também temos de estar lá atuando, denunciando. Se tivermos um trocado, devemos dividi-lo, devemos ir à Prefeitura, sei lá. Eu sonho com esse tipo de dinâmica que, acho, está crescendo na sociedade e podemos perfeitamente avançar muito mais. Devemos tocar o coração e a mente



de todos para que o direito seja algo tão concreto que nos deixe indignados e que nos sintamos responsabilizados a fazer algo se houver alguém com alguma insegurança alimentar diante de nós.

Como já se está encerrando o nosso tempo, quero dizer que com muita esperança participo desta Frente e desse movimento. Acho que muita gente boa tem-se dedicado, homens e mulheres de boa vontade, cada vez mais se agregando. Espero que os Estados, Municípios e os movimentos organizados multipliquem essas ideias e, criativamente, proponham outras para que tenhamos, de fato, em pouco tempo, esse direito conquistado.

Por último, mais uma informação. Travamos uma luta na América Latina e no Caribe, onde a FAO está tendo um papel preponderante, para construir a Frente Parlamentar de Combate à Fome. Já houve muitos avanços e no começo de setembro devemos fazer uma reunião no Panamá. Esperamos realizar em São Paulo — Deputada Janete Rocha Pietá, coloque em sua agenda —, em 15 ou 16 outubro, a primeira reunião da própria Frente, já constituída. Também estamos nos envolvendo nessa luta, o que demonstra que nossa experiência no Parlamento, com a ideia de criar uma Frente, foi muito boa, porque ela está se multiplicando e se ampliando para que possamos ter um mundo sem fome.

Muito obrigado. Sucesso a todos nós nesta audiência.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Quero registrar a presença da Sra. Abigail Ferreira, do Instituto de Cooperação, Desenvolvimento Humano e Social.

Quero dizer que estamos muito felizes nesta Comissão de Direitos Humanos com a presença do Deputado Professor Victorio Galli, do PMDB de Mato Grosso, que tomou posse recentemente, há apenas 3 dias, e já está engajado nessa luta. (*Palmas.*) Esperamos que o Professor Victorio Galli entre de cabeça nessa luta. Aliás, peço que também entreguem ao professor uma camiseta para que ele “vista” essa ideia. Vista a ideia! Muito obrigado.

Para finalizar, eu gostaria de convidar a fazer uso da palavra a Dra. Valéria Burity, Conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional — CONSEA e Vice-Presidenta da Ação Brasileira pela Nutrição e Direito Humano, pelo tempo de 15 minutos.



A SRA. VALÉRIA BURITY - Bom dia a todos os componentes da Mesa e aos participantes desta audiência. Gostaria de saudar, com muito carinho, o pessoal dos movimentos sociais presentes, do movimento quilombola, do movimento indígena, do MST, do MMC, do MPA, do MAB e do movimento sindical também. Acho que é um público importante para essa campanha para exigir a implementação do direito humano à alimentação adequada.

Gostaria de começar falando um pouco sobre o que é o direito humano à alimentação adequada, que não é apenas o acesso ao alimento, mas a tudo que for preciso para se ter uma alimentação de forma digna. E estamos falando necessariamente de acesso à terra, território, acesso a políticas públicas, o direito à cidade, à água, enfim, todos os direitos que são fundamentais para que se tenha uma vida digna. E o direito humano à alimentação está muito ligado à ideia de participação. Quem deve dizer o que é direito são as próprias pessoas que têm esse direito violado ou que precisam desse direito mais do que outras.

Então, é isso o que caracteriza o direito: é o sujeito de direito falando. *“O meu direito eu só consigo dessa forma, e o Estado vai ter que atender”*. Porque o Estado tem que se organizar, principalmente, para garantir direitos fundamentais, não para garantir outras coisas. Essa deve ser a grande prioridade do Estado. Daí a importância de colocarmos a alimentação na Constituição.

Uma outra coisa importante é que o direito humano à alimentação é, antes de tudo, o direito de não ser criminalizado quando você exige esse direito, que é o que ocorre hoje. Existe uma injustiça social enorme e, quando as pessoas se organizam e exigem esses direitos por vias que não são do Estado, essas pessoas são criminalizadas. Então, essa é uma grande violação ao direito humano à alimentação adequada. E, ao inserirmos esse direito na Constituição, ganharemos mais um argumento para lutar contra essa criminalização.

Já existem muitas normas que garantem a alimentação. Existem inúmeras. Existem normas que falam sobre a função social da propriedade, existem normas que garantem a conservação do meio ambiente, normas que garantem o acesso à água, à saúde, à educação, à renda e há a própria Lei Orgânica de Segurança Alimentar, que fala explicitamente sobre o direito humano à alimentação adequada e liga esse direito a vários princípios, além de falar de soberania alimentar e



participação social. Ainda assim, achamos que é importante colocarmos esse direito na Constituição. E vou falar mais sobre isso depois. Só que, mesmo que esse direito não fosse previsto em lei, nós, que trabalhamos com direitos humanos, defendemos muito a ideia de que o direito não deve estar condicionado à existência ou à sua previsão em lei. O direito deve ser dito pelas pessoas, pelos sujeitos de direito. Nunca devemos condicionar o direito a uma existência legal. Queremos inserir o direito na lei porque assim teremos mais um argumento, pois é desse modo que o Estado funciona. Mas não podemos condicionar o direito a um positivismo, ou seja, só haver direito se houver previsão em lei. O direito e a lei têm que acompanhar o que está acontecendo na sociedade, e não o contrário. O direito é para o povo, e não o povo deve atender o direito. Então, devemos ter essa ideia quando defendemos o direito humano à alimentação adequada.

Mas por que ainda queremos colocar isso na Constituição, se já temos tanta lei? Ontem, no CONSEA, houve um debate interessante sobre crise de valores. Vivemos hoje uma crise de valores. Acho que é a principal crise que temos. Quando definimos a alimentação como direito, estamos dizendo muitas coisas: primeiro, que o Estado deve se desenvolver para garantir direitos. Quando falamos sobre alimentação, é muito importante falarmos sobre o modelo de produção agrícola. Quando incluímos isso na Constituição, queremos dizer que esse modelo de produção agrícola deve pautar-se em valores de direitos e não em valores de mercado. Ele não deve estar aí para favorecer a especulação de alimentos, nem para favorecer o acúmulo de capital. O modelo de produção agrícola deve estar aí para favorecer direitos, para garantir às pessoas que vivam de forma digna.

Então, esse é o primeiro ganho que temos. Quando dizemos que a alimentação é um direito, temos um ganho político muito grande, que vai contra essa crise de valores estabelecida, que não se encontra apenas no Estado, mas na sociedade, porque as pessoas que hoje ocupam cargos públicos têm os preconceitos que estão em nossa sociedade.

Eu quero dar um exemplo muito simples. Na semana passada, eu estava ouvindo uma colega de curso dizer que chegou a certa casa, e o dono da casa queria bater no filho da empregada porque achava que ele havia furtado um celular. Se compararmos no Código Penal a punição para o furto de um bem com o valor de



um celular e a punição para o crime de tortura, veremos que é muito maior e muito mais grave o crime de tortura. Mas se procurássemos hoje o sistema penitenciário brasileiro ou a polícia brasileira, possivelmente veríamos condenado o suspeito do furto de celular, em virtude dos preconceitos que há hoje na nossa sociedade, que são revelados e estão também nas pessoas que ocupam cargos públicos. Acho que temos de lutar fortemente contra esses valores, porque eles são violadores de direitos.

Além disso, quando ganhamos mais uma lei que apoia um direito fundamental, temos também mais um argumento para essa luta direta que os movimentos sociais já fazem. Então, devemos usar o mesmo argumento positivista, o mesmo argumento que usam as classes dominantes para conseguir seus interesses. Que esses mesmos argumentos possam ser usados e com a mesma força pelos movimentos sociais, pelas comunidades, pelas pessoas que estão brigando por justiça social. Temos de ter muito claro que direito só é direito quando promove justiça social. Se não promove, é qualquer outra coisa: pode ser lei, pode ser uma norma. Mas temos de ter o bom senso de não chamar de direito o que reforça as iniquidades que já existem hoje na nossa sociedade.

Pelo fato de os senhores estarem aqui hoje discutindo alimentação, apropriando-se desse tema, usando mais esse argumento para reforçar uma luta, já há um ganho muito grande. Temos de aproveitar este momento, que é só mais um passo. Como já falou o Renato, não é um passo de agora, mas já vem sendo dado há muito tempo. E não vai parar agora, vai continuar. É um passo de uma caminhada longa, mas é mais um passo importante para essa caminhada.

Além do ganho político, temos também alguns ganhos técnicos. Acho que o Renato já falou muita coisa sobre isso, então não quero me deter muito nisso, mas, quando dizemos que um direito está na Constituição e está lá como direito fundamental, esse direito ganha uma série de características que favorecem sua aplicação. Primeiro, ele tem aplicação imediata, ou seja, os órgãos públicos têm de garantir a aplicação imediata desse direito, porque ele é um direito fundamental e é um direito prioritário. Então, ganhamos isso. Esse é um argumento forte; se soubermos usá-lo, ganha força a nossa luta. Segundo é o que se chama cláusula pétrea, ou seja, não pode ser retirado da Constituição. Qualquer retrocesso nesse



sentido seria inconstitucional, seria inadmissível. Esse também é um argumento muito forte que podemos usar. Esse argumento vincula todos os poderes públicos. Temos de defender a alimentação nesse contexto amplo, nessa concepção ampla, não pode ser só quanto ao acesso ao alimento, mas a tudo que é preciso para se alimentar. Então, qualquer ação ou omissão que seja contrária a isso passa a ser inconstitucional. Teremos argumento para chegar perante o Estado, com instrumentos do Estado, e dizer que o que ele está fazendo é contra a lei que foi aprovada. Então, é um argumento muito forte também.

É bom lembrar que a Constituição é a norma mais importante da nossa hierarquia jurídica. Todas as outras normas têm de ser coerentes com a Constituição, que é a base e ao mesmo tempo o fim. É onde queremos chegar. Queremos caminhar para garantir o que está previsto na Constituição.

Também reforço a questão da exigibilidade. E aqui vou dar um exemplo. Agora morreram mais 2 crianças indígenas no Mato Grosso do Sul. Se temos uma norma que diz que alimentação é direito e se há crianças morrendo por desnutrição, temos todos os elementos necessários para responsabilizar os órgãos públicos por essas mortes. Então, temos de saber usar isso, entender que isso para a exigibilidade é muito importante.

Por fim, já temos uma lei que fala o que é o direito humano da alimentação adequada, que é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, e fala de uma forma ampla, dizendo tudo isto, que a alimentação não é só acesso ao alimento, mas acesso a todos os recursos necessários para que nos alimentemos de forma digna. A lei reforça a Constituição, e a Constituição reforça a lei. Então, ganhamos uma base jurídica muito forte para exigir a promoção do direito humano à alimentação adequada.

Ganharemos, quando conseguirmos, antes do dia 16 de outubro, incluir na Constituição o direito à alimentação. E vamos conseguir! Cada chegada será um ponto de partida. Quando conseguirmos incluir isso na Constituição, o desafio será interpretar esse direito de um jeito coerente com direitos humanos. Então, não vamos apenas entender que a alimentação que está lá é só o acesso ao alimento. Temos de brigar por outros direitos fundamentais. Devemos garantir a função social da propriedade, não só da propriedade territorial, mas propriedade dos meios de



produção. Os meios de produção também têm função social — isso está na Constituição. Se não conseguimos isso, embora tenhamos uma lei, ela não consegue ser efetiva. Devemos brigar por impostos sobre grandes fortunas, brigar pela progressividade do imposto, garantir reforma urbana, reforma agrária e acesso à água. Esse é só mais um argumento para uma luta que é longa e que vai exigir uma força muito grande de todos nós.

Devemos brigar, antes de tudo, por essas causas estruturais. Essas crianças morreram de fome não foi porque não se alimentaram. Não se alimentaram porque não têm acesso a território, porque são discriminadas, porque sofrem violência no seu dia a dia. Essa violência foi banalizada. É normal, é algo contra o que a grande sociedade não se indigna mais. É normal ver uma criança de 6, 7, 8 anos no sinal e achar que isso não é nada de mais.

Mais uma vez, queria dizer que a questão da alimentação é consenso na parte assistencialista, de acesso ao alimento. Todo mundo concorda que todos têm de ter o alimento. Mas quando vamos para as causas estruturais, quase sempre é um jogo de soma zero, com pouquíssimas exceções. Então, temos de saber usar esse argumento para essas causas estruturais. E daí é muito importante os senhores estarem aqui, porque quem tem exigido, e de forma direta, são os movimentos sociais. Quem tem combatido e exigido a superação dessas causas estruturais de fome e de segurança alimentar são os movimentos sociais. Daí a importância da participação dos senhores aqui hoje e dessa campanha que está sendo promovida pelo CONSEA.

Era mais ou menos isso que eu queria dizer. Espero que possamos continuar nessa força e nessa união e que antes do dia 16 de outubro, com fé, consigamos aprovar esse texto. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Agora, nós vamos passar ao debate, obedecendo à ordem de inscrições.

Passo a palavra ao Deputado Professor Victorio Galli, por 3 minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR VICTORIO GALLI - Caras colegas Deputadas e caros colegas Deputados, é um prazer chegar à Casa e me integrar à Comissão de Direitos Humanos. Quero dizer a todos que estão aqui presentes que contem comigo, para que possamos juntos carregar essa bandeira.



Quando se estava falando sobre alimentação, eu fiz um retrospecto da minha vida. Não sei se aqui alguém já passou fome. Eu já passei. A coisa mais triste que há é ver um cidadão sem poder se alimentar.

Então, contem comigo. Infelizmente, ainda há no Brasil, conterrâneos, companheiros que estão morrendo de fome. Nós temos de dar um basta nisso, nesse desequilíbrio. Eu tenho certeza de que, com essa decisão, com essa manifestação, tudo vai corroborar para que possamos dar ao cidadão melhor qualidade de vida. Comida na mesa tem de ser compromisso de todos. Infelizmente, há esse desequilíbrio. Vejo aqui um panfleto sobre o agronegócio. Mas tenho certeza de que juntos e unidos vamos vencer essa batalha.

Contem comigo! Enquanto eu estiver nesta Casa, os senhores terão mais um guerreiro, mais um soldado que irá lutar em favor dessa bandeira.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Passo a palavra à Deputada Emília Fernandes.

A SRA. DEPUTADA EMÍLIA FERNANDES - Muito obrigada, Deputado Nazareno.

Cumprimento os integrantes da Mesa, o Sr. Crispim, que está representando o Ministro Patrus Ananias, um grande lutador social deste País, um homem altamente comprometido com o desenvolvimento sustentável e, acima de tudo, com a justiça social.

Cumprimento o Sr. Renato Maluf, Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e a brava companheira Valéria Burity, Conselheira do CONSEA.

Também cumprimento o novo Deputado Professor Victorio Galli, que chega a esta Casa. Aqui cheguei no início deste ano, e S.Exa. chegou agora. Então, somos deste ano, mas lutadores sociais há muito tempo. S.Exa. professor e eu também professora viemos de uma luta em busca, cada vez mais, da participação popular, da inclusão, do combate a todas as formas de violência e de injustiças, que infelizmente ainda existem no nosso País.



Desde que aqui cheguei, este tema alertou-me sim, pelo trabalho dedicado, brilhante que vem sendo realizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Em 2003, o Presidente Lula chegou ao Governo do Brasil, para fazer a grande diferença neste País, que se vem transformando, para fazer o enfrentamento à política neoliberal, entreguista, que explora, que jogou milhões de trabalhadores e trabalhadoras na fome. Esse projeto vem com a cara de um sindicalista, de um metalúrgico para fazer a diferença. O Conselho de Segurança Alimentar se movimenta a partir da importância dada ao diálogo com a sociedade. Neste ano de 2003, Deputado Nazareno Fonteles, tive a honra e o prazer — além da minha trajetória política, em que fui Senadora do Rio Grande do Sul — de ter sido convidada, pelo Presidente Lula, para organizar e estruturar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com *status* de Ministério. Integrei o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Então, a minha inspiração vem da nossa trajetória, mas vem desse chamamento que o Presidente Lula fez e também da minha experiência dentro do próprio Conselho, durante mais de 1 ano, onde senti e incorporei a necessidade real deste tema.

Quando se fala em alimentação, mexe-se com a vida das pessoas. Não é uma questão teórica. Por ter sido tratada como questão teórica, como bandeira de palanques, muitas vezes, às vésperas de eleição, assim como a nossa educação — sou professora e posso afirmar —, em todos os palanques vemos as palavras “combater a fome”, “melhorar a educação”, “melhorar a vida das pessoas, das crianças”, “garantir terra para produzir alimento para o povo”. Mas quando chegam aos espaços de poder e de decisão, é como tão bem foi dito aqui: cada um tem as suas orientações ideológicas e coloca na sua prática aquilo que mais defende e muitas vezes é contrário aos interesses da maioria do povo e das necessidades.

O que temos visto? Esse interesse do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional fazer esse chamamento à sociedade brasileira. A sociedade está respondendo. Aqui já tivemos mais de uma audiência. Aqui tivemos muitas pessoas assistindo ao filme *Garapa*, de José Padilha, que mostrou a fome, que gravou 3 famílias do Ceará. Um cineasta famoso que coloca o seu trabalho à disposição de uma causa. Agora temos essa vinheta apresentada aqui. É importante



que relembremos, inclusive, o nome dos artistas, dos que estão ajudando gratuitamente esta campanha pela alimentação. Eu já disse isso no plenário da Câmara, mas é importante lembrar. A Dira Paes, a Norminha do *Caminho das Índias*, está integrada nesta campanha, assim como a Bete Mendes, que interpreta a Piedade, e a Maria Zilda, que interpreta a Léa, na novela *Caras e Bocas*. São pessoas que estão na mídia, mas deixam um tempo do seu trabalho profissional para vir defender uma grande causa. Os atores Leonardo Vieira, Camila Pitanga, Gilberto Miranda, Eduardo Tornaghi e Cristina Pereira poderiam estar unicamente se dedicando à vida profissional, mas dão também uma parcela a essa causa.

Cumprimentamos as pessoas que estão aqui, os membros do CONSEA, que sabemos representam diferentes segmentos. Vejam essa luta nos bonés vermelhos do MST, da Via Campesina, dos lutadores contra as barragens.

São muitos os lutadores sociais que se somam a esta Casa e a esta causa. Eles chegam ao Congresso Nacional para dizer que, pelo amor de Deus, com urgência, como já tenho feito... Eu lamento, Deputado Nazareno Fonteles, mas esta Casa já devia ter aprovado esta matéria há muito tempo. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, em 2007, a inclusão da alimentação como direito social, a aprovação desta PEC.

Agora nós todos, desde que chegamos aqui, estamos dialogando constantemente com o Presidente da Casa, que se tem mostrado favorável e entusiasmado com essa garantia de direito. Mas esta Comissão, que já tem seus membros indicados pelos diferentes partidos, basta apenas decidir quem vai presidir e relatar, não pode esperar mais. O Brasil está clamando. Há consciência nacional.

Ontem recebi, Presidente Renato Maluf, o Fórum de Mulheres do MERCOSUL, que me perguntou de que forma poderia acessar o *site* do CONSEA para manifestar apoio a essa PEC. São outros países nesta luta também internacional. Quando o Brasil instituir a alimentação na Constituição brasileira, vai ser uma grande vitória para o povo brasileiro, mas também uma resposta aos grandes movimentos internacionais de combate à fome, de luta pela alimentação.

Não podemos esperar. Temos que continuar esta luta e fazer com que mais e mais pessoas se somem a ela para transformar este País e continuar avançando, sem admitir retrocesso na política democrática, social, libertadora e soberana que



aqui vem sendo implantada. O povo brasileiro tem nas suas mãos e no seu coração a vitória, o avanço ou o retrocesso.

São pontos fundamentais que temos de carregar junto com essa dedicação que está sendo demonstrada aqui com tanto carinho e amor. São trabalhos de qualidade, pessoas sérias engajadas, que trabalham com dedicação. Isso precisa ter uma resposta urgente da nossa Câmara dos Deputados.

Tenho certeza, Deputado Nazareno Fonteles, de que também vamos aprovar a matéria por unanimidade, porque quero ver qual o Parlamentar se levantará contra a possibilidade de ver alimentação inserida na Constituição brasileira, assim como temos educação, moradia.

Concluindo, o pessoal nos alerta sobre o abaixo-assinado que estamos levando para nossos Estados, a fim de que as pessoas assinem.

Termino lembrando meu Rio Grande do Sul, dizendo que o MST está nas ruas de Porto Alegre, na frente do INCRA, dizendo que querem um país que avance com terra para se plantar, para se colher, para se dar realmente o valor social que tem.

Canto, então, uma música que diz que o Rio Grande do Sul, onde tudo o que se planta dá, e o que mais floresce é o amor. Eu digo que o Brasil pode fazer isso. Sociedade, governos, autoridades podem e devem fazer essa grande aliança em defesa deste grande País.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Deixem-me dar uma explicação aos senhores. Normalmente, numa audiência pública, seguindo-se a formalidade regimental, falando a Mesa, falam os Deputados presentes na plenária e se encerra a reunião.

Dentro da liberalidade que acho não afeta o Regimento da Casa e não altera em nada, por enquanto, o conteúdo, porque quem vai votar é o Plenário, vamos conceder a palavra, por um tempo bem breve, 2 minutos, a algumas pessoas que pediram para falar para cada um dar seu recado. Aqueles cujo nome eu não souber, por favor me mandem o nome.

O SR. DOURADO TAPEBA - Dourado Tapeba.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Vou dizer só Dourado, porque posso me atrapalhar.

Aqui estão: Bira, Durão, Rosângela, Maria Costa, Ivamar dos Santos, Durvalina, Chico Menezes, Dourado, Antônio, Ivair. Mais alguém? (*Pausa.*) Como é o seu nome?

A SRA. NALVA - Nalva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Nalva.

Então, vamos encerrar por aqui, porque a flexibilidade já está razoável.

Vamos começar passando a palavra ao Bira, por 2 minutos.

O SR. UBIRACI DANTAS DE OLIVEIRA - Sr. Deputado Nazareno; Sr. Renato Maluf, Presidente do CONSEA; companheiro Crispim; Valéria; companheiros de plenária, sou Vice-Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil e membro do CONSEA Nacional.

Nós estamos nesta Casa de leis onde passamos por vários embates importantes — vários embates! Passamos pelo reconhecimento das centrais, pela política de valorização do salário mínimo. Estamos passando agora por uma luta muito importante para nós: a defesa da PETROBRAS. Inventaram criar uma CPI para tentar esculhambar com a PETROBRAS para depois entregá-la aos americanos. Estamos passando, agora, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário. Estamos na luta há muito tempo, particularmente os camponeses, os trabalhadores rurais, enfrentando toda sorte de calúnia e criminalização, mas firmes, defendendo a reforma agrária, enfrentando as UDRs da vida, enfrentando os agronegócios da vida. Mais dia, menos dia, essa conquista vai vir para o povo brasileiro por meio desta luta.

Agora estamos diante de uma situação que considero ímpar, como disseram a Valéria e o Renato: o direito humano incluído na nossa Constituição. A aprovação dessa PEC será um avanço significativo.

Estamos tendo reunião do movimento sindical e vamos insistir na importância de... Assim como, com esses companheiros nossos, fomos para dentro dos gabinetes e conversamos sobre a questão da legalização das centrais, da redução da jornada, da reforma agrária, etc., nada mais nobre e profundo do que colocarmos



na Constituição um elemento que nos permita tirar da miséria, da dor no estômago milhões e milhões de brasileiros que ajudaram na construção desta Pátria.

Os que ainda não sabem o que é passar fome não passem porque é muito ruim. Por isso, nada mais justo do que nos mobilizarmos, o movimento sindical brasileiro se unir ao CONSEA, que tem tido um papel fenomenal, esplêndido na luta pelo avanço do nosso Brasil, pelo desenvolvimento da nossa Pátria.

Por isso, Srs. Deputados e Presidente do CONSEA, estamos trocando o representante da Central no CONSEA. Vai outro companheiro, mas tenham a certeza de que, onde houver luta a favor de acabar com a fome, onde houver mobilização, na Comissão Geral que vai ocorrer, nós estaremos juntos. Eu, particularmente, acho que é uma luta nobre, uma luta importante, que vai tirar da fome e da miséria milhares de trabalhadores e seres humanos.

Srs. Deputados que estão aqui e Srs. Deputados que estão nos ouvindo, embora tenha sido dito que há Deputado que não vai ter coragem de falar contra a nossa luta, contra essa PEC, mas nos escaninhos, por trás, pelas costas às vezes, vá se posicionar contra, nossa força é maior. Já vencemos muitas batalhas aqui. Essa é mais uma que nós vamos vencer.

Parabéns, CONSEA! Parabéns, Deputado Nazareno, por essa luta maravilhosa! Parabéns, Deputada Emília! Que possamos juntos vencer. E vamos vencer essa luta! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Com a palavra o Sr. Durão.

O SR. DURÃO - Companheiros da Mesa — Crispim, Deputado Nazareno, Renato, meu conterrâneo, companheira Valéria —, o MST se coloca em total apoio. Não há como ser diferente, ainda mais reforçando tudo o que foi dito pelos membros da Mesa.

Essa, para nós, é a principal linha, não só abordando a questão do direito, mas também avançando para a questão da soberania. O que percebemos, hoje, em relação ao acesso ao alimento é que, se continuarmos na linha em que estamos, com a situação controlada por pequenas e poucas transnacionais que definem quem come o que, definem a comercialização, desde o que produzir até o que comer...



A PEC é um passo numa caminhada muito importante na questão do direito à alimentação. Nós nos colocamos também à disposição para construir e apresentar críticas, a fim de avançarmos cada vez mais.

Realçando a crítica, no caminho seguido pela Mesa, não há como pensarmos direito a alimentação se não pensarmos em políticas estruturantes para o campo brasileiro. Não dá para continuarmos tendo políticas que, ano após ano, levem à redução do número de pequenos agricultores no campo. Agricultores estruturados perdem terra, e cada vez mais aumenta o número dos sem-terra neste País.

Um exemplo concreto e ruim: nós não somos o maior celeiro mundial, mas estamos hoje entre os maiores consumidores de agrotóxico.

Assim, dentro da questão do direito à alimentação, está a da qualidade também, como foi dito pela Mesa. Não dá mais para continuarmos com essas pautas de produção transgênica, de controle de semente. Nós somos o segundo maior consumidor de fertilizante químico. Isso tudo o CONSEA também tem de trazer para o debate.

O índice de doenças, o índice de câncer, nos últimos anos, na sociedade, nos centros urbanos, tem aumentado muito. Já é denúncia dos médicos. Isso está associado diretamente à qualidade dos alimentos, à grande quantidade de agrotóxico presente em tudo. Em tudo! Acho que tratar da qualidade também é tarefa do CONSEA no que se refere ao direito à soberania.

Neste debate precisamos pensar em políticas estruturantes em como garantir ao jovem, à mulher, ao homem a possibilidade de permanecer no campo. Com essa política econômica pautada pelo agronegócio, é uma reflexão que temos de fazer, não apenas os movimentos sociais, lutando, colocando a cara a tapas na rua, mas também esta Casa, posicionando-se concretamente em apoio ao que está sendo feito.

Lembro nossa jornada, que é uma pauta da reforma agrária, é nossa pauta de 2005. E estávamos tentando negociar, negociar, negociar. Por isso nessa jornada tivemos ações mais radicalizadas. Foi no intuito de sermos realmente recebidos, não só para diálogo. Estamos tendo diálogo este ano todo, mas as coisas não estão acontecendo.



Um exemplo referente à questão do direito. O MST está com 90 mil famílias acampadas, e só recebemos 4 cestas básicas por ano. Então, só existem 4 meses. Para quem coordena a distribuição da cesta básica, só existem 4 meses.

Eu só queria usar mais uns 30 segundos para dar um informe sobre a questão dos direitos. Só estar na Constituição não basta para resolver questões importantes. É necessário estar, mas só a lei não resolve. Exemplo: direito à educação e saúde.

Em São Gabriel, no Rio Grande do Sul, existem projetos prontos nas áreas de saúde e educação. Há vários assentamentos nessa região. Mais de 350 crianças não estão conseguindo ter acesso à saúde e educação. Os projetos passam pela Prefeitura, que não está implantando. Uma das nossas ações foi ocupar a Prefeitura. Ocupamos, fomos retirados de forma truculenta pela polícia, levados para a delegacia. As pessoas que foram levadas à delegacia apanharam, foram torturadas com choque, mais de 15 pessoas estão gravemente feridas, com braço quebrado, entre outras coisas, crianças estão feridas.

Não basta estar na lei o direito à alimentação, saúde e educação. Quando o povo se organiza para fazer cumprir essas leis, o Estado se coloca não do lado da lei ou da Constituição, e sim do lado da burguesia. Entre os vários direitos que temos e cobramos, um é o de nos organizarmos. Então, queríamos colocar aqui em caráter de denúncia que não basta estar na lei, não basta ser direito. Se a gente não se organizar, não cobrar e não tiver políticas estruturantes, não vai adiantar. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - A nossa ideia é concluir ao meio-dia. Então, vou ter de alertá-los. Usarei a sinetinha aos 2 minutos, e a pessoa terá mais 1 minuto. Se ficar em 3, está bom. Tínhamos pedido 2 minutos, mas estão usando 4 ou 5 minutos. Todo mundo tem vontade de falar muito, faz parte da luta.

Passo a palavra à Rosângela.

A SRA. ROSÂNGELA - Bom dia a todos os presentes, especialmente ao nosso povo que está aqui, mas está em marcha, em luta por este Brasil afora nesta semana de jornada nacional, de luta contra a crise, contra o modelo do capital, em defesa da reforma agrária e tudo mais.



Estamos com um acampamento com 3 mil pessoas, em Brasília. Convidamos todo mundo para visitar o povo no acampamento e participar dos debates. É perto do Mané Garrincha.

Cumprimento a Mesa e agradeço pela oportunidade.

Sou do Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina Brasil. Nós, como movimento de mulheres, temos a clareza e fazemos a defesa da agricultura camponesa dentro dos princípios agroecológicos. Temos também uma luta muito árdua contra o modelo agroexportador, especialmente essas transnacionais que estão invadindo os nossos campos, os nossos territórios com grandes monocultivos de eucalipto, de soja, de cana, para servir à exportação, dizendo que isso gera riquezas e divisas. Por exemplo, 98% da riqueza produzida com a celulose vai para a exportação, e só ficamos com 2%, com grande monocultivo, com o agravamento da biodiversidade, a exploração do nosso solo, da nossa água, a expulsão dos camponeses deste País, da terra, da produção e do seu lugar de vida.

Há municípios, como Encruzilhada do Sul, onde 95% das terras são só de eucalipto. Alguns municípios da Bahia são essencialmente produtores de comida. Já chega a 44% de plantação de eucalipto. Defendemos a PEC como um princípio na Constituição, e tem que estar mesmo garantido. Agora, isso que o Durão diz é muito dolorido para nós, camponesas e camponeses deste País. Fazemos essa luta, todos esses jogos que existem nestas Casas para aprovar uma lei e, quando vamos em busca dessa lei, somos reprimidos, massacrados, presos e criminalizados. Não temos o direito de expressar — o que está garantido na Constituição —, de organizar.

Acabei de ler um livro nesses dias. Recomendo este livro, *Viúvas da Terra*, que conta, por exemplo, quantas pessoas foram assassinadas pela luta na terra neste País, e os criminosos estão soltos. Não dá para descolar. Este momento de abrir este espaço na Comissão é superimportante.

O Nazareno está sendo muito brilhante de ter resgatado, pautado este debate. Na memória de Josué de Castro, o CONSEA, enfim, está também encampado nessa luta, mas precisamos estrategicamente avançar num debate de modelo de produção neste País. Enquanto estamos brigando por alimentação...



Não queremos só Bolsa Família, não queremos só cesta básica. Queremos terra, condições dignas de produção e cortar veementemente todos esses produtos agroquímicos na lavoura que estão matando o nosso povo, nossas mulheres e crianças. É absurdo que tramita e tem pedido para que os venenos entrem pela área de livre comércio do MERCOSUL ou que se transformem em genéricos para ser mais baratos. Até quando vamos aceitar que vidas sejam tiradas dessa forma truculenta por esse modelo de desenvolvimento que não queremos. Acho que é responsabilidade nossa, como movimento social, como Deputados, como pessoas que estão em vários setores da sociedade, o direito à vida. Essa denúncia de o maior país consumidor de veneno... Estamos querendo o quê? Assassinar nossas próximas gerações. Quando o Brasil e esses governantes vão acordar, atentar para o que está acontecendo? Quem está ganhando com isso? O nosso povo não é. Vivemos na roça, produz a comida e temos muitas dificuldades para produzir, para buscar o crédito e poder vender o nosso produto e ter acesso à terra.

Tem que avançar, neste País, os índices de produtividade. Tem que, de fato, delimitar a propriedade neste País. Tem que acabar com o latifúndio, que é urgente, e com o modelo de veneno e agroexportador neste País.

Acho que a minha fala é muito mais no sentido de desabafo, mas de denúncia. É muito tranquilo virmos aqui pedir apoio e não sei o quê. Gente, está na hora de passar das discussões. Está na hora, de fato, de fazermos coisas concretas. A situação está insustentável no nosso campo. É imperdoável, num país como este, com a riqueza que temos, ver pessoas morrendo de fome. Na minha concepção de ser humano, isso é imperdoável. Se existe inferno, todo mundo tem que ir para o inferno, mas acho que a justiça tem que começar aqui e logo, porque é gritante a situação.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Registro a presença de vários representantes do Conselho Estadual de Alimentação Escolar da Paraíba. Os nossos cumprimentos.

Tem a palavra a Sra. Maria, do MPA.

A SRA. MARIA - Bom dia a todos. Quero saudar a Mesa e os Parlamentares, na pessoa do meu conterrâneo, o Deputado Nazareno Fonteles, que, como já foi



dito, tem sido um lutador junto com o CONSEA, com o Renato e vários companheiros e companheiras que têm encampado essa luta.

Sonhamos com outro formato de audiência pública, Deputado. Algum dia, as excelências do povo serão ouvidas primeiro do que as Excelências da Casa. Audiência pública deveria ser para isso. Fala a Mesa e fala o povo e não o contrário. *(Palmas.)*

Para nós, do campo, a luta pelo direito à alimentação é tão antiga quanto a luta pela terra. Ou seja, é desde o princípio, porque a terra é uma condição para se reproduzir e garantir a reprodução das demais populações do campo e da cidade. Para nós também é imprescindível que cada movimento ou cada pessoa que está nessa luta pelo direito à alimentação se some à luta pela reforma agrária. Às vezes dissociamos essas lutas, e elas são indissociáveis. Claro que cada um tem sua forma de fazer a luta. Isso tem que ser respeitado. Claro que nem todo mundo vai para as ruas fazer a marcha, mas está fazendo a sua luta no seu canto. É importante nas nossas falas, nos nossos cantos e movimentos associarmos essas duas lutas, porque elas são indissociáveis. Para nós, o direito humano à alimentação adequada só será possível de fato se conseguirmos recampesinar este País. E só é possível recampesinar garantindo a permanência de quem está no campo e garantindo às populações que foram expulsas a possibilidade de regressar ao campo.

Para o reconhecimento dos territórios indígenas e quilombolas, nós estamos encampando lutas históricas e muito grandes naquela Casa do Terceiro Poder do País. Os companheiros indígenas e quilombolas sabem muito bem disso.

Para nós, as questões do latifúndio e do transgênico estão sendo implantadas com a mesma desculpa da revolução verde: acabar com a fome no País. E não vai resolver. Do contrário, vai continuar gerando fome, pobreza, miséria, tudo isso que acompanhamos com relação à revolução verde.

Com o Brasil sendo hoje, como foi falado, o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e principalmente nessa luta contra o monopólio do processamento e distribuição da alimentação por um pequeno grupo de empresas, tanto nacionais quanto transnacionais, vamos ter dificuldade de concretizar o direito à alimentação, que é importante estar na Constituição. A luta de fato tem que ser ampliada.



Precisamos concretizar o que chamamos de soberania alimentar. A Via Campesina tem uma campanha internacional sobre a soberania alimentar. E claro, como a Rosângela disse, convidá-los para ir ao nosso acampamento, que tem 3 objetivos muito claros. Um deles é exigir do Governo que pautar a reforma agrária como centralidade, que é necessária, é barato, possível e necessária.

Revisar os índices de produtividade. Os Parlamentares desta Casa sabem muito bem da importância de revisarmos esses índices; vai ser a condição para provar que o latifúndio e o agronegócio não produzem alimento e são improdutivo. Essa é uma necessidade.

Resolver as questões concretas. Existem famílias que estão há 15 anos debaixo da lona preta, recebendo cesta básica há 4 meses. Isso ainda é uma vergonha para o País.

Reestruturar e desenvolver os assentamentos e as comunidades. Ratificar a nossa participação na luta pela aprovação dessa PEC, porque ela também é urgente e necessária.

Quero terminar com uma frase que é para associarmos de fato essas lutas: a propriedade privada da terra é a mesma e são praticamente os mesmos que fazem a propriedade privada do alimento ou da alimentação. Precisamos ter isso muito claro. Nesta Casa e na outra Casa do lado há muitos que são os donos dos latifúndios, são os que desenvolvem o agronegócio, e das empresas transnacionais e das nacionais que fazem a propriedade privada do alimento. Embora não digam, eles são contra, sim, a reforma agrária e o direito humano à alimentação. Jamais eles vão dizer isso em público e nos microfones desta Casa. Mas nos corredores, que é onde as coisas mais acontecem aqui, eles dizem e fazem.

Parabéns pelo movimento. Nós estamos juntos nesta luta. A luta é de todos, assim como a reforma agrária. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra o Sr. Ivamar dos Santos.

O SR. IVAMAR DOS SANTOS - Bom dia a todos. Eu parabenizo a Mesa pela iniciativa e pelo trabalho.

Como fui convidado, ontem, para participar desta audiência, eu entrei em contato com o Estado do Amapá, e a Articulação de Mulheres do Macapá — AMA



pediu que eu me reportasse, nesta audiência, a esta Casa no sentido de que não esquecesse daquela região, que tem uma questão alimentar muito específica. Já perdemos a alimentação básica, que antes era o açaí, que está sendo exportado. A nossa cesta básica de lá não é a mesma do Sul, do Sudeste. Ela tem a sua especificidade. Nós estamos tendo a influência dos outros Estados. Vejam a questão da alimentação, como o nosso querido disse em relação aos bois. Estão cortando árvores centenárias para pasto. O Movimento de Mulheres do Amapá pediu que eu passasse a ideia do que está acontecendo naquela região, para que pudéssemos voltar os olhares para as Regiões Norte e Nordeste, que sempre acabam sendo esquecidas. Os meios de produção do Sul e do Sudeste estão sendo afetados. A base alimentar lá está sendo afetada.

Deixo aqui essa reivindicação do Movimento de Mulheres do Amapá.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Passo a palavra a Sra. Durvalina.

A SRA. DURVALINA - Bom dia a todos. Sou do Movimento dos Atingidos por Barragens e faço parte da Via Campesina.

Para nós, Movimento dos Atingidos por Barragens, esta PEC é muito importante na questão da segurança alimentar. Mas para haver segurança alimentar, reafirmo o que foi dito pelas pessoas que me antecederam. Para isso precisa existir reforma agrária, uma agricultura camponesa sem agrotóxico, uma agricultura agroecológica, que tenha diversidade de produção, diversidade alimentar. A segurança alimentar não pode ser baseada na produção de alimentos para exportação e no discurso do desenvolvimento, de que vamos produzir. Na verdade, o que tem sido feito é tirar os trabalhadores das terras e colocar mais pessoas para passar fome.

Temos exemplos de pessoas atingidas por barragens, que foram tiradas das suas comunidades, que produziam a maior diversidade de alimento na região e hoje estão num reassentamento e passam fome e dependem de cesta básica do Governo. Para terem ideia, os camponeses que produzem alimento, hoje, necessitam viver da bolsa miséria e da cesta básica. Para nós, produzir alimento tem de ser sem veneno e agricultura camponesa de qualidade. Se tivermos uma



alimentação de qualidade, as filas das pessoas que esperam atendimento médico nos postos de saúde vão diminuir. Alimentação é tudo: educação, saúde, vida.

É isso. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra o Sr. Chico Menezes.

O SR. CHICO MENEZES - Também cumprimento todos, o valoroso Deputado Nazareno, a valorosa Deputada Emília Fernandes, o Crispim Moreira, o Ivanildo, da Secretaria de Direitos Humanos, os companheiros do CONSEA, os companheiros dos movimentos sociais, da Via Campesina, os movimentos indígenas, os quilombolas.

Vou começar falando a partir de um ponto que me pareceu muito importante, para o qual o Deputado Nazareno chamou a atenção. Dizia que o fato de ter ficado faltando quase 20 anos para que esse direito constasse na Constituição pode ter um significado, no sentido de que a iniciativa de Deputados e Senadores não tenha sido isolada do povo. Foram maturando as condições para exigir que esse direito esteja na Constituição.

Deputado, estou preocupado com o relógio, não com aquele que vai, dentro de 10 minutos, encerrar nossa audiência, mas com o da Câmara dos Deputados, onde, no final de junho, foi exibido o filme *Garapa*. Depois, junto com a Deputada Emília Fernandes, o Senador Eduardo Suplicy, o Presidente do CONSEA, Renato Maluf, fomos ao gabinete do Presidente da Casa, Michel Temer. Lá foi firmado o compromisso de que a Comissão seria imediatamente instalada.

Então, acho que o relógio vai ser duro nesse sentido, porque, de lá para cá, são mais e mais brasileiros que sabem e entendem que o direito à alimentação tem que estar na Constituição. A vinheta que vimos no início da reunião está passando todos os dias, 3 vezes, em todos os canais de televisão aberta — ou quase todos, não sei se já chegou a todos. Mas de agosto a outubro vamos ter essa veiculação.

Não é mais uma questão dos Deputados ou somente do CONSEA, mas dos nossos movimentos sociais no sentido da associação direta da reforma agrária e das maiores lutas neste País com a questão do direito à alimentação. Acho que esse clamor está crescendo.



A Casa precisa ser sensível, não pode perder esta oportunidade e deixar o tempo passar. A data de 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação, pode até não ser a data final. Nós não vamos esmorecer na luta. Se chegar o dia 16 de outubro e não estiver aprovado, não vamos voltar para casa e abandonar essa perspectiva. Vamos cobrar cada vez mais severamente esse compromisso.

Hoje à noite, por exemplo, vou participar de um debate, novamente, com o José Padilha sobre o filme *Garapa*. Eu sei qual é a primeira pergunta que ele vai fazer, no momento do debate: “*Então, Chico, já foi instalada a Comissão?*” Há de se ter cuidado para não se protelar essa iniciativa, que já é de toda a sociedade brasileira e não apenas de alguns que se mobilizaram inicialmente.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. DEPUTADA EMILIA FERNANDES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA EMILIA FERNANDES - Quero complementar o que o Sr. Chico Menezes falou informando que, há 15 dias, levei pessoalmente à *TV Câmara* e à *Rádio Câmara* o DVD e fiz um apelo, e o fiz no plenário, para que fosse também transmitido pelos canais da Câmara e, possivelmente, do Senado.

Eu confesso que não assisti. Não sei se já está sendo transmitido. Mas é uma coisa muito importante para ser agilizada, porque os meios de comunicação da Câmara e do Senado são destinados exatamente a essas grandes mobilizações sociais, para responder a este grande clamor que a sociedade brasileira faz em relação à alimentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra o Sr. Dourado Tapeba.

O SR. DOURADO TAPEBA - Sou representante dos povos indígenas no CONSEA, em nome da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo — APOINME.

Quero quebrar o protocolo do machismo brasileiro e cumprimentar a Mesa na pessoa de Valéria Burity. (*Palmas.*)

Quero resgatar aqui a grande vitória que os povos indígenas, os movimentos populares e o povo brasileiro em geral obtiveram, em 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal, que garantiu os arts. 231 e 232, no Capítulo *Dos Índios*. Mas,



infelizmente, a Constituição não é cumprida como um todo. Acho que quem a descumpra também deveria ser preso, porque é crime.

Quando Prefeitos, Senadores, Deputados, Governadores e Presidente assumem seus mandatos — seja no Legislativo, seja no Executivo —, botam a mão na Constituição e dizem que vão cumpri-la. Mas não podem apenas dizer, têm que cumpri-la.

A Constituição Federal estabeleceu um prazo de 5 anos para se demarcarem todas as terras indígenas no Brasil. Ela tem mais de 20 anos e os índios continuam... Acho uma vergonha nacional muitos índios estarem acampados na beira das rodovias, como ocorre no Mato Grosso do Sul com os guarani-caiúá, que estão lá sofrendo. Acho uma vergonha nacional crianças, não só as indígenas, mas crianças pobres serem vítimas da mortalidade infantil, principalmente a questão dos guarani-caiúá, como foi dito neste instante pela Valéria, que morreram mais duas crianças.

Eu acho isso uma grande vergonha para nosso País. Talvez tenhamos a melhor Carta Magna do mundo, na qual estão escritos direitos fundamentais, sociais, populares, mas muitas vezes não são cumpridos.

Quero dar o exemplo do meu povo tapeba, no Ceará. Nossa terra foi demarcada em 1997. Infelizmente, vou citar o nome de um Deputado desta Casa, que é de lá, Deputado Zé Gerardo Arruda, que entrou com mandato de segurança contra a demarcação da terra. É um dos Deputados que mais cassa o direito dos índios. Essa terra já foi objeto de 3 estudos antropológicos e toda vida cai no STJ.

Quero aqui pedir aos movimentos sociais e populares e aos Parlamentares que encampem não só a bandeira da segurança alimentar e nutricional, mas também a bandeira da reforma agrária, a bandeira da demarcação das terras indígenas e das terras quilombolas. Enfim, todo mundo que tem direito à alimentação adequada também tem direito a um pedacinho de chão para plantar e a uma casa para morar. Não adianta ter segurança alimentar e nutricional se não há onde plantar. Queremos produzir, plantar para nós e para vocês que não plantam e estão aqui esperando que plantemos arroz e feijão para dar sustento a nossa Nação.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



A SRA. DEPUTADA EMILIA FERNANDES - Deputado Nazareno Fonteles, desculpe-me, mais uma vez, mas acho que a justiça tem que ser feita. Acaba de nos ligar o Sr. Roberto Seabra, Diretor da *TV Câmara*. Comunico aos presentes, ao Conselho, ao Presidente e a todos os que estão nos ouvindo e participando desta audiência que a vinheta *Em Defesa da Alimentação* já está sendo transmitida pela *TV Câmara*.

Nossos cumprimentos e aplausos ao Sr. Roberto Seabra. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Concedo a palavra ao Sr. Renato Maluf, que tem que viajar, para fazer suas despedidas.

O SR. RENATO MALUF - Peço desculpas a todos, sobretudo a quem vai falar. Não é um desrespeito não poder ficar aqui para escutá-los, mas eu e o Chico imaginávamos que a reunião terminaria ao meio-dia. Temos reunião no Rio depois do almoço e vamos ter que sair.

Peço desculpas, mais uma vez, e agradeço à Deputada Emilia Fernandes, ao Deputado Nazareno Fonteles e ao Deputado Luiz, que estava aqui.

Quero reafirmar o que temos falado no sentido de que temos de continuar na batalha. Notem que coisa interessante: essa PEC estava existe desde 2003. Apesar de todo mundo ser favorável, é o tipo da coisa que todo mundo é a favor mas se não empurrar, não vai. Aqui todo mundo é a favor, mas vai ficando. Eu tenho a impressão de que foi esta nossa mobilização que nos permitiu começar a falar: "*Queremos ela aprovada em breve!*"

Quero reafirmar que não podemos esmorecer mesmo e agradecer, mais uma vez, aos movimentos o atendimento ao nosso convite.

Boa luta para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra o Sr. Antônio.

O SR. ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA - Boa tarde a todos. Estou Coordenador Nacional das Comunidades Quilombolas Rurais do Brasil pela CONAQ. Sou do Estado do Ceará, quilombola da Lagoa de Ramos e Goiabeiras, Quilombo de Aquiraz, Município Metropolitano de Fortaleza, e atualmente estou na coordenação da CP 5, que coordena a CP de Povos, Comunidades e Populações Negras e Comunidades Tradicionais.



Vou ser breve nas minhas palavras, mas vou dar 2 recortes. Um, para ser bem breve: o Brasil que temos hoje é o Brasil de desigualdade, é o Brasil excludente, é o Brasil que assola os nossos povos, sejam eles quilombolas, indígenas, atingidos por barragens, comunidades tradicionais, e que não nos dá chance de ter soberania e de sobrevivermos como cidadão de fato e de lei que exerce a cidadania brasileira.

O Brasil que temos hoje não possibilita o plantio, a educação, o acesso à terra e à água. Este é o Brasil que nós temos, fruto de gerações e gerações passadas e, por que não dizer, de mais de 500 anos.

Essa PEC vai possibilitar não só o acesso à alimentação, mas também de fazermos um Brasil com a perspectiva que queremos, Deputado Nazareno e demais Deputados. Tanto que o Presidente Lula, nas suas falas, assumiu que o Brasil tem uma dívida a pagar a esses povos, tantos nós, a nação negra, as comunidades tradicionais, os povos de terreiro, como tantos outros. Ele tem uma dívida a pagar e talvez o caminho seja através da PEC, uma luz que possa iluminar todos, que possa fazer a reparação dessa dívida, porque se hoje estamos desestruturados, isso não é de agora, já vem de muito e muito tempo.

Talvez essa PEC, num outro olhar, de um Brasil que nós queremos, seja mais agregadora. E que os movimentos, nas suas particularidades, mas pensando no coletivo das lideranças, possam se unir para que possamos, juntos, com poder de barganha, negociar com esta Casa e com a outra Casa no sentido de nos dar um respaldo maior em termos de um olhar.

Ontem foi falado na plenária sobre os valores culturais e morais. E o nosso País passa por um momento em que não olha com um olhar cultural, ele não tem um olhar de valores como ser humano; ele tem um olhar de valores, entre aspas, "pessoais", e não se consegue enxergar que o ser humano que está ao seu lado ou talvez que o esteja representando não designe o que realmente foi proposto quando ele se propôs a representar o nosso povo.

Ficam aqui registradas as minhas palavras. A CONAQ está presente em 24 Estados do País. Se alguma liderança estiver ouvindo agora, reforcem a questão da PEC, porque ela não é só mais um direito que temos, mas o direito, e queremos



fazer uso dele para que seja a porta para muitos e muitos outros direitos que estão entravados na nossa Constituição.

Termino com uma frase do grande líder Martin Luther King — isso vai para os meus irmãos de luta. Em sua caminhada pela unificação, na época do *apartheid*, ele dizia o seguinte: “*Nós aprendemos a voar como os pássaros, aprendemos a nadar com os peixes, mas nós ainda não aprendemos a conviver como irmãos*”. Só quando nós aprendermos a conviver como irmãos, numa luta coletiva unificada, respeitando-se a especificidade e a pluralidade, nós conseguiremos, sim, fazer a diferença, porque quem faz a virada hoje neste País é o movimento social.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Estamos ultrapassando o tempo. Há mais 4 pessoas inscritas. Eu recomendo que sejam breves.

Começamos com o Ivair.

O SR. IVAIR - Boa tarde a todos. Quero, antes de mais nada, prestar minha homenagem ao CONSEA, a todos os conselheiros que estão aqui presentes, aos movimentos sociais que estão, de certa forma, abrilhantando este evento e também citar nominalmente os Deputados que estiveram presentes nesta sessão e que foram muitos importantes: Deputado Luiz Couto, Deputada Janete Rocha Pietá, Deputado Nazareno Fonteles, Deputada Emilia Fernandes.

Na verdade, nós, da Secretaria de Direitos Humanos, queremos apenas deixar uma recomendação que eu gostaria que constasse desta audiência: que uma das conclusões, das deliberações regimentais desta audiência pública fosse que a Comissão Especial fosse instalada com mais brevidade. Ou seja, que constasse como uma das decisões desta audiência pública que fosse feito um esforço no sentido de que fosse instalada rapidamente a nossa Comissão Especial.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra a Sra. Nalva.

A SRA. NALVA - Eu ainda vou dar bom dia. Ainda não almocei, então, bom dia a todos. Eu sou a Mãe Nalva. Sou conselheira nacional, representando os povos de terreiro. Quero parabenizar o Deputado Nazareno Fonteles pela PEC, que é



importante. A fome! Só quem já passou fome sabe a importância deste momento e de tudo o que está acontecendo.

Eu lembro de uma menina, na década de 60, cuja mãe, viúva, no final do mês, recebia uma pensãozinha. Era o dia de felicidade, porque naqueles 3 dias eles comiam, tinha comida na mesa. No resto do mês se arrumava e, muitas das vezes, se dormia com a água do pote. Isso não é história não, gente! Isso aconteceu.

A dor da fome vai além do estômago, além da barriga. É uma dor que penetra no corpo, na alma da gente. A gente carrega essa dor para o resto da vida. Ela mexe com a gente toda, porque quando você tem fome, eu não sei por quê, mas arrancam da gente alguma coisa.

Eu lembro da história dessa menina, no Pará, morando numa casinha de palafitas. Ela ia por cima de um cercado para chegar até a casa de uma vizinha, que sempre tinha um prato de comida para ela. Ela era de uma prole de 7 irmãos e na casa desta vizinha que dava comida para ela eram 9 crianças, mas o dono da casa era um senhor do banco — naquela época, era gente de dinheiro. E as crianças a humilhavam — sabem como é criança: *“O que você vem fazer aqui? Já veio para comer?”* E são essas dores as maiores que a fome causa.

Então, destaco a importância deste momento e de tudo isso. Eu sei que o pior de tudo é que isso ainda acontece muito neste País. Muita gente com fome, tendo de baixar a cabeça, porque parece que a fome tira a dignidade, você não tem coragem de olhar no olho do outro, você se sente inferior. A fome te causa essa sensação de inferioridade.

Então, essa capilaridade — não sei se a palavra é bem essa, mas é a palavra da moda — da fome dói mais. São essas dores, essas outras dores.

Acho de uma imensa importância esta iniciativa, que eu parablenizo. Estou nessa luta. Estou fazendo um movimento no meu Estado, o Pará, e no CONSEA, e eu acredito que nós vamos vencer.

Agora, isso era para os Deputados escutarem. Eu sou presidente — ou estou — de uma associação no Pará e sempre digo: os Deputados e Vereadores deveriam ter na sua agenda, todo mês, uma visita à periferia, ali naquelas áreas de ocupação, naqueles lugares, para se humanizarem um pouco, para sentirem a dor da miséria.



E quando fossem fazer as leis, ainda estariam sentido um pouco, sabe? E ficariam, assim, um pouco mais humanos.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra o Sr. Assis Lemos; depois, a Sra. Regina. São os 2 últimos. Gostaria de lembrar que estamos dando 2 minutos, com a tolerância de mais 1 minuto.

O SR. ASSIS LEMOS - Bom dia a todos. Eu me apresento: sou agrônomo. Antes de 1964, participei das lutas das Ligas Camponesas da Paraíba. Fui Presidente da Federação das Ligas. Antes de 1964, a luta era porque existiam milhares de camponeses que viveram toda a sua vida sem colocar uma moeda no bolso; morriam sem ver o dinheiro, porque o trabalho era gratuito, era o feudalismo existente no campo, era o cambão, a corveia. Então, o trabalhador não recebia pagamento em dinheiro. Por isso, muitos morreram sem colocar uma moeda no bolso.

Naquela época, como 80% da população brasileira estava no campo e 20% na cidade, os camponeses conquistaram, com sua luta, a reforma agrária. No dia 13 de março de 1964, o Presidente João Goulart decretou a reforma agrária no Brasil, desapropriando 10 quilômetros de cada margem das estradas, das rodovias, das ferrovias e dos açudes públicos federais. Se aquilo tivesse acontecido, a população teria continuado no campo, produzindo e alimentando a cidade.

Como não houve a reforma agrária e veio o golpe de 64, os camponeses tiveram de sair do campo para as cidades — Rio de Janeiro, São Paulo —, para as favelas, passando a viver na miséria. Foi o que aconteceu no Brasil.

Então, a luta pela reforma agrária representava 80% da população. Hoje, 20% da população brasileira está no campo e 80% na cidade. A luta tem que ser diferente daquela época, porque se naquela época lutávamos com 80% da população e por isso tínhamos uma força extraordinária, que conquistou a reforma agrária, hoje o Movimento dos Sem-Terra precisa conquistar a população pobre da cidade, para que eles saibam que, havendo uma reforma agrária no Brasil, haverá alimentos mais baratos e em maior quantidade para a população da cidade. Se a população da cidade, que veio do campo naquela época, entrar nessa luta, rapidamente vocês vão reconquistar a reforma agrária, aprovada no Brasil em 1964. A luta pela reforma



agrária hoje tem que ser baseada na população da cidade, que vai lutar para que o campo produza alimentos para essa população.

Portanto, eu, que lutei naquela época, vejo a situação nos dias de hoje. Naquela época nós tínhamos 80% do nosso lado, hoje vocês só têm 20% da população no campo. Então, precisam conquistar a população que saiu do campo e foi para a cidade, para que eles lutem bravamente pela reforma agrária, porque eles precisam mais do que vocês. É a população dos morros, que passa fome, que vive na miséria, que não tem o que fazer, não tem emprego, não tem nada. Então, para que isso aconteça, é preciso que o MST mobilize as populações pobres das cidades, para que elas se organizem e conquistem, junto com vocês, a reforma agrária que foi feita no dia 13 de março de 1964 pelo Presidente João Goulart.

Era isso que queria dizer. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra a Sra. Regina.

A SRA. REGINA - Pedi para falar porque sou militante nessa causa. É quase impossível não nos emocionarmos num momento como este. Estou falando como conselheira de segurança alimentar, como militante do movimento social no Rio Grande do Sul, ligada ao Fórum de Segurança Alimentar, mas estou falando também como nutricionista.

Tenho a preocupação de sempre associar esta luta pela garantia do direito humano à alimentação refletindo imediatamente a qualidade do alimento que estamos propondo para garantir esse direito. Tenho essa preocupação como uma pessoa que viu várias políticas públicas no passado para garantir alimento para populações vítimas de insegurança alimentar que não passavam da concepção de uma ração, um *plus* de calorias. Utilizamos a vaca mecânica, pegamos a soja que não serve para exportar e que está em baixa no mercado e damos para pobre comer; porque está com fome, qualquer coisa serve.

Então, temos que refletir sobre a garantia do direito humano à alimentação. Acho que todas as pessoas que estão aqui têm esta consciência de que é um direito e, portanto, deve ser realizado com dignidade. Precisamos pensar na perspectiva de que alimento nós queremos, qual é a forma de produzir esse alimento, como foi dito pelas companheiras do MMC, que têm essa preocupação.



Qual é o modelo de produção do alimento? Para um modelo justo de produção de alimentos, nós temos que pensar na terra, como falavam todas as pessoas aqui da importância da distribuição da terra, que dignifica a pessoa, que está além do próprio alimento em si, que resulta na ordenação de políticas públicas. Por isso, é importante colocar isso na lei.

Então, quero refletir, porque acho que estou no lugar certo para demonstrar algumas preocupações dentro do CONSEA. Se colocar isso na lei vai haver um desdobramento em outras ações neste espaço, na Câmara Federal, e nos movimentos sociais, porque temos que admitir que neste País todos os direitos sociais foram conquistados pelo seu próprio povo.

Então, conforme disse o Chico, ainda que não seja aprovado em 16 de outubro, vamos continuar ainda com mais força a luta pela garantia desse direito.

Mas quero lembrar que ora tramita nesta Casa 2 projetos de lei que têm relação direta com a garantia do direito humano à alimentação, na perspectiva do que eu reflito: que alimento nós queremos? Nós queremos um alimento mercadoria e, portanto, mercadoria só acessa aquele que pode por ela pagar? Isso não é garantia de direito.

Há, por exemplo, um projeto de lei de um Deputado desta Casa que altera a Lei de Cultivares e dá direito de propriedade intelectual às transnacionais e multinacionais da diversidade das espécies, das sementes; que limita o uso desses recursos naturais pelas populações tradicionais, pelos agricultores familiares, por aqueles que sempre estiveram na terra e sempre manejaram esses recursos.

Como exemplo, há também um outro projeto que tramita nesta Casa que altera a lei que rotula os alimentos, que diz: *“Este alimento tem ou não tem glúten”*. É a garantia do direito humano à alimentação de uma pessoa que tem uma especificidade alimentar que não pode comer glúten. Assim como o direito de colocar no rótulo do alimento se ele contém ou não semente transgênica. É meu direito escolher se quero comer um alimento com semente transgênica.

Nesse sentido, quero dizer que não queremos só ração; queremos alimento e, inclusive, escolher o alimento que queremos comer e participar da forma como esse alimento vai ser produzido. Nós não queremos mercadoria, nós queremos alimento como um pressuposto para a vida, garantia do direito humano à alimentação.



Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Encerrando, para suas considerações finais, passo a palavra a Sra. Valéria Burity.

A SRA. VALÉRIA BURITY - Primeiramente queria agradecer a participação de todos. Acho que a participação desta história viva do Brasil foi muito emocionante.

Queria falar para o Durão que é isto mesmo, a Constituição é só um argumento. Um exemplo simples: em 1987, construiu-se uma conta única no Tesouro Nacional. Agora, recentemente, se fala em conta paralela, tantos anos depois! É uma coisa simples. Imagine falar em garantia de dignidade para todos os que estão no Brasil. Então, é só um argumento para reforçarmos a luta.

A palavra da Maria foi importante em relação a esta questão de convergência de lutas. É nisso que ponho a esperança de mudança do País. Acho que já existem agentes públicos comprometidos com essa mudança, mas a mudança vem da sociedade, vem dos movimentos que fazem uma luta, muitas vezes com morte, para garantir condições dignas, para garantir vida para as pessoas do Brasil.

Então, esperamos que a PEC seja aprovada o quanto antes e que esta luta seja apenas um passo; que continuemos lutando juntos, porque é isso que vai trazer essa transformação. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Tem a palavra o Sr. Crispim Moreira.

O SR. CRISPIM MOREIRA - Quero cumprimentar as companheiras e os companheiros da Via Campesina, que mostraram o valor, a força do povo que vive na terra, compartilharam conosco a luta pela reforma agrária, pela terra, pela justiça social, pela soberania alimentar. Desejo muito que possamos obter vitórias nas lutas da Via e dos movimentos de povos e comunidades tradicionais.

Acho que esta campanha, este dia marcou esta Casa. Havia o compromisso dos Deputados que aqui passaram. Creio que vamos, com a força do povo, com os objetivos, viver no País que sonhamos, livre da fome em todo o território, com as nossas lutas, com as jornadas do povo. Creio que esta é mais uma etapa. Tenho esperança de que vamos transformar o Brasil no país que queremos, livre da fome, produzindo alimentos de qualidade, respeitando o modo camponês, familiar, de



produzir alimentos, para que se possa, de fato, implementar o direito à alimentação saudável que queremos.

Então, parabéns a todos. Com certeza, com a força dos movimentos, com os Deputados comprometidos com um Brasil justo e soberano, nós teremos a nossa PEC aprovada.

Como foi dito pelas companheiras — reporto-me principalmente à Rosângela e à Maria, do MPA e do Movimento das Mulheres Camponesas —, esta é apenas uma etapa da luta, mas vamos conseguir transformar o Brasil no país que sonhamos.

Muito obrigado. Boa luta e vitórias para todos nós. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nazareno Fonteles) - Senhores, aviso que o Deputado Luiz Couto, que preside a Comissão de Direitos Humanos e estava no início presidindo esta audiência pública, informou-me por telefone que vai encaminhar essa recomendação, por meio da Comissão, para solicitar tramitação mais rápida.

Sem maiores delongas, agradeço a presença a todos os que participaram.

Embora tenha conversado ontem com o Presidente, pelas informações que recebi agora há pouco, S.Exa. deverá instalar a Comissão Especial hoje. Nós temos poucos minutos, mas a ideia é irmos todos juntos. Não dá para entrarmos todos no gabinete do Presidente. Alguns entram com a Deputada Emilia Fernandes e comigo e os outros ficam do lado de fora. É apenas para externar o resultado de tudo isso. Quem sabe mais uma pressão e S.Exa. de fato faz a instalação à tarde e os senhores sairão com aquele sabor desta participação popular no Parlamento.

Obrigado. (*Palmas.*)